



AValiação DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS ESTUDANTES DE ODONTOLOGIA DO UNICESUMAR NA IDENTIFICAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DE CRIANÇAS QUE SOFRERAM ABUSO

Gustavo Felipe Chaves Carreira¹, Fernanda Coelho de Souza², Alana Mileski³, Maria Paula Jacobucci Botelho⁴

¹ Acadêmico do Curso de Odontologia, Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR, Maringá-PR.

Bolsista PROBIC-UniCesumar. gustavo_carreira95@hotmail.com

^{2,3} Acadêmicas do Curso de Odontologia, UNICESUMAR

⁴ Orientadora/docente do curso de Odontologia, UNICESUMAR

RESUMO

A violência contra a criança é um tema pesado e pouco abordado pessoalmente e, mesmo em cursos de graduação em saúde, pouco se fala a respeito, ainda que seja obrigação desses profissionais informar qualquer suspeita de abuso infantil as autoridades competentes. Essa violência não pode ser medida adequadamente pois os pais não mantêm registros adequados. Assim, tem-se uma falsa noção de que é um problema menor do que a realidade. A criança vítima de maus tratos começa a apresentar algum tipo de comportamento alterado na escola e em suas atividades cotidianas e o profissional da saúde precisa estar atento a isto. Se o dentista não estiver preparado para enxergar esta realidade, pode não perceber quando estiver frente a frente com alguma criança nesta situação. Este projeto pretendeu avaliar o conhecimento dos alunos de odontologia do UniCesumar a respeito do abuso infantil através da aplicação de um questionário com doze perguntas pré elaboradas a 30 alunos do terceiro ano do curso, em dois momentos, antes e após a construção do conhecimento. Os dados foram tabulados, analisados e o tema foi abordado com este grupo visando esclarecer as formas de identificação da criança vítima de violência e os procedimentos que devem ser instituídos nesse caso. O trabalho gerou uma reflexão sobre o assunto motivando o aluno a buscar conhecer mais a respeito. Entretanto tornou-se evidente a necessidade de um maior aprofundamento do tema pois nota-se que apesar do esclarecimento das dúvidas 90% constataram ainda sentir medo de realizar a denúncia mesmo sabendo identificar.

PALAVRAS-CHAVE: Crianças; Maus-tratos; Negligencia.

1 INTRODUÇÃO

Crianças são seres em desenvolvimento que apresentam vulnerabilidade em relação a muitas situações, uma delas é a violência contra a criança (seja ela psicológica, física, intelectual ou sexual). O tema é pouco ou nada abordado durante a graduação em Odontologia, mas, como cidadãos, os profissionais da saúde têm a obrigação de zelar pelo bem-estar e dignidade de seus pacientes (ECA, artigos 4 e 5, 2012). O Brasil não mantém registros dos dados de violência contra a criança e o adolescente, ainda que a violência constitua a primeira causa de mortes na faixa etária de 5 a 19 anos (ROMERO, 2007).

Quando não resulta em morte, ainda assim a violência contra a criança traz consequências importantes. O desenvolvimento cognitivo, afetivo e social das crianças pode ser afetado de diferentes formas e com diferente intensidade e contribui para o desenvolvimento de problemas psicológicos sérios que poderão se perpetuar por toda a vida (COGO et al., 2011). É a família quem tem o dever de proteger a criança, mas muitas vezes é a origem da violência contra ela. Considera-se violência contra a criança e o



adolescente não só a agressão física, mas também a violência sexual, psicológica e a negligência. A omissão, supressão e a transgressão dos seus direitos também é considerada uma forma de maus-tratos (ROMERO, 2007)

O profissional de Odontologia tem contato frequente com crianças e precisa ter um olhar mais atento em relação a este assunto. Assim, pretendemos despertar nos alunos da graduação em Odontologia um olhar mais cuidadoso a respeito de possíveis vítimas de abuso ou violência e discutir, a partir da coleta desses dados, como intervir nos casos identificados quando forem formados. O cirurgião dentista como profissional da Saúde deve estar atento para notificar qualquer suspeita de maus-tratos, sob o risco de responder legalmente ao não cumprimento do texto no Estatuto da Criança e do Adolescente. Apesar de não existir um capítulo específico no Código de ética Odontológica podemos citar o artigo 5, que trata da obrigação de zelar pela saúde e dignidade do paciente, salienta o dever de promover a saúde coletiva no desempenho de suas funções, cargos de cidadania independente de exercer a profissão no setor público ou privado, como uma alusão ao tema.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O projeto foi submetido à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa do UniCesumar e recebeu aprovação sob o número CAAE 52952116.4.0000.5539. Inicialmente foi aplicado um questionário composto de doze perguntas pré-elaboradas aplicados em dois grupos de acadêmicos de Odontologia (um que participou de uma série de encontros sobre o tema e outro que não participou - Fotografias 1 e 2) com o objetivo de avaliar o nível de conhecimento perante um paciente com suspeita de abuso. Foi realizada uma análise do questionário e aplicado um novo questionário após a construção do conhecimento. Cada grupo foi composto por 30 alunos, todos do terceiro ano de graduação em Odontologia e que aceitaram participar livremente do estudo. Os alunos foram esclarecidos sobre os objetivos da pesquisa e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Após preenchidos os questionários, os dados foram tabulados e analisados. Apenas 21 pessoas (70% da amostra) responderam ao 2º questionário da pesquisa.



Figura 1. Palestra realizada para os alunos do terceiro ano de odontologia da Unicesumar.



3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar do baixo percentual de graduandos que participaram dos grupos de debate sobre o tema foi possível observar que, tanto na primeira aplicação dos questionários quanto na segunda, mais de 90% da amostra afirmou ter um grau de conhecimento suficiente sobre a notificação de maus-tratos em crianças e adolescentes após as aulas. Em contrapartida, a notificação dos casos causa certo receio. Enquanto no primeiro questionário 76% relataram estar seguros em notificar os casos de abuso e maus-tratos ao depararem com o mesmo, após as reuniões e discussões, e o resultado obtido no segundo questionário passou para apenas para 81%

Assim, torna-se evidente a necessidade de um maior aprofundamento do tema quando nota-se que apesar do esclarecimento das dúvidas 90% constataram ainda sentir medo de realizar a denúncia mesmo sabendo identificar. Os 10% restantes variaram suas respostas entre vergonha de relatar o caso e também falta de conhecimento sobre o assunto. 97% dos alunos apoiaram a inclusão do assunto sobre identificação e mecanismos de notificação de suspeita de possível abuso e maus-tratos na grade curricular da instituição para que faça parte da formação profissional durante a graduação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho proporcionou uma conscientização dos alunos sobre a importância de introduzir o tema no cotidiano, motivando uma participação mais atuante destes profissionais de saúde na detecção dos casos. Os resultados mostraram que o tema também deve e precisa ser cada vez mais discutido nos cursos de graduação para haver um número maior de cirurgiões dentistas capacitados a diagnosticar e contribuir efetivamente para a retirada dessas crianças de situações de risco e vulnerabilidade.

Por outro lado, concluímos que apenas essa estratégia de conscientização (palestras e grupos de discussão por curto período de tempo) não é suficiente para esclarecer todas as dúvidas e tornar 100% seguros os profissionais da saúde quanto à realização da notificação, necessitando de maior aprofundamento no tema.

REFERÊNCIAS

BISS, S. P.; TOMAZINHO, P.H.; PIZZATTO, E.; LOSSO, E.M. Maus tratos infantis: avaliação do currículo dos cursos em odontologia. **Abeno**, Londrina, vol. 15 n.1. Jan./Jun. 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Diretrizes curriculares nacionais do curso de Graduação em Odontologia. **Diário Oficial da União**, Brasília, seção 1, p. 10, 4 mar. 2002.

COGO, K.S.; MAHL, A.C.; OLIVEIRA, L.A.; HOCH, V.A. consequências psicológicas do abuso sexual infantil. **Unoese & Ciência** – ACHS, Joaçaba, v. 2, n. 2, p 130-139, jul./dez. 2011.

ECA. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo, 2012.

FRONE, J.P.; RAMIRES, V.R.R. Escuta de crianças vítimas de abuso sexual no âmbito jurídico: uma revisão crítica de literatura. **Paidéia**, v.18, n.40, p.27-278, 2008.



GONÇALVES.H.S.;FERREIRA,A.L.Hearth professional's reporting of family violence against children and adolescents. **Caderno de Saúde Pública**. vol. 18 n.31 p. 5-9. 2002.

ROMERO, K.R.P.S. Crianças vítimas de abuso sexual: aspectos psicológicos da dinâmica familiar. **Centro de apoio operacional das promotorias da criança e do adolescente**. Paraná. 2007.

MINAYO, M. C. S. A inclusão da violência na agenda da saúde: trajetória histórica. **Ciência Saúde Coletiva**, vol. 11. p. 1259-67. 2007

MOREIRA,G.A.R.VASCONCELOS,A.A.;MARQUES,L.A.;VIEIRA,L.J.E.S..Instrumentação e conhecimento dos profissionais da equipe saúde da família sobre a notificação de maus-tratos em crianças e adolescentes. **Revista Paulista de Pediatria**. vol. 31 n.2 São Paulo june 2013.